

JUN 1985

# Falso dilema

André Gustavo Stumpf  
Editor-chefe

O debate que opõe a proposta de pacto entre diversas correntes de opinião e a possibilidade de caos, além de monocórdico, constitui um falso dilema. Entre o pacto, que na verdade já existe — pois não há na história recente do País um governo tão protegido quanto o de José Sarney — e a possibilidade de caos institucional, político, econômico e social, há um longo caminho. Entre um e outro extremo existe espaço para uma sequência de atitudes, atos e políticas que estão sendo negligenciados pelos políticos ou porque pensam nas eleições deste e do próximo ano, ou porque acenando com o caos pretendem obter melhores condições de atuação neste quadrante da vida pública brasileira.

Essa aparente cegueira quanto às reais condições do País tem explicação no oportunismo de alguns políticos, mas guarda conexão mais profunda com a falta real de compreensão quanto à situação brasileira e mais que isso, quanto às possibilidades deste País neste momento. A política no nível que está sendo exercida, através do falso dilema e da dicotomia entre extremos inexistentes, reduz o País a uma discussão menor. O Brasil político fica, assim, algo paroquial, do tamanho exato de uma discussão municipal, distrital ou regional, mas nunca do tamanho exato deste território, que guarda problemas, mas possui vastas vantagens comparativas quando feito o confronto com os seus vizinhos latinos. A situação brasileira está longe de ser a ideal, mas é muitas vezes superior a de qualquer dos países do continente. Inclusive o México.

Esses falsos dilemas constituem ótimos motivos para romances ou tragédias que influiram a humanidade. É a história de Romeu e Julieta, prisioneiros de um amor proibido. Se qualquer dos dois tivesse decidido dar um passo à frente e esquecido aquele amor não haveria tragédia, nem haveria aquela magnífica história do magnífico escritor inglês para ilustrar amores que não deram certo. Mas, sob outro aspecto é razoável perceber que como Romeu e Julieta ficaram prisioneiros de uma obsessão, às vezes os políticos se tornam prisioneiros de ideias ou ideologias. É comum encontrar militantes religiosos que pregam o fim dos tempos, o fim da humanidade, o exterminio geral. Também é usual encontrar militantes políticos altamente ideologizados que prevêem o fim dos sistemas econômico-políticos na semana que vem. Posturas como essas constituem prisões do pensamento, que não permitem a ninguém ver um pouco além daquela estreita visão do mundo. Essa é a base da discussão paroquial.

Em poucas palavras, a situação de alguns dos vizinhos brasileiros é a seguinte: Na Argentina, a inflação está na casa de **dois por cento ao dia**, ou mil por cento ao ano. O sistema financeiro está em colapso, o País não conseguiu honrar os pagamentos renegociados com o FMI. E, para quem não sabe, a visita de Dr. Tancredo Neves a Buenos Aires causou certa deceção aos argentinos. O falecido presidente não aceitou as propostas de ação conjunta, argentina-brasileira junto à comunidade financeira norte-americana. E não aceitou com um argumento forte, dito diretamente ao presidente Raúl Alfonsin: "A diferença é que a dívida externa brasileira é visível e a da Argentina não é". Dr. Tancredo não foi além para não ser descortês, mas existem diversos estudos, produzidos nos Estados Unidos, informando que **cinquenta por cento** da dívida externa argentina está depositada em bancos privados no exterior.

O Chile vive uma situação institucional que dispensa explicações. Trata-se de um País que sobrevive a uma ditadura militar sanguinária, cruel, que se baseia no exemplo do falecido ditador espanhol Generalíssimo Francisco Franco. O Chile vive asfixiado por uma importação diária de petróleo na ordem dos 35 mil barris. A principal e básica exportação chilena é o cobre, que experimenta uma notável queda no seu preço internacional. Esse País com seus pequenos recursos naturais, vivendo um enorme estrangulamento nas contas externas, ainda sofre as agruras do general Pinochet. A situação chilena é angustiante e o governo dos Estados Unidos, que colaborou para instalar a ditadura do poder, não parece muito preocupado em retirá-lo de lá. Enquanto isso, o Chile cuida de rolar a sua dívida externa. Ou seja, endivida-se ainda mais.

O Peru é, talvez, o mais dramático caso sul-americano. A principal exportação do País é a farinha de peixe, produzida a partir da pesca da anchova. Ocorre que uma mistura de ventos com correntes marinhas levaram as anchovas para o meio do oceano Pacífico. Quer dizer, o produto que era peruano passou a ser agora propriedade de quem tiver o melhor barco pesqueiro. E certamente não serão os peruanos. Esse País, cuja dívida externa é 14 bilhões de dólares, não consegue fazer superávit no seu balanço comercial sequer para pagar os juros de sua dívida. O estado peruano é considerado tecnicamente **default** (em atraso) pelos bancos norte-americanos. O País está em situação falimentar.

Não seria difícil continuar a relacionar a angustiante situação que cada um dos países latino-americanos está vivendo ou experimentando. Mas, isso seria cansativo. Vale, no entanto, recordar que dentre os vizinhos do continente, o Brasil é o único País que dispõe de uma estrutura econômica complexa, montada e razoavelmente protegida dos

abalos do mercado internacional. O Brasil é também o País que ostenta a melhor agricultura do continente (o Brasil exporta muito mais carne e soja do que a Argentina, por exemplo) e o único que possui uma estrutura complexa de exportação. Não é difícil encontrar produtos brasileiros no mercado americano, europeu, no Oriente Médio. Enfim, é o único País do sul em condições de superar no curto prazo a crise econômica e dela sair com efetivas vantagens.

Com exceção da Argentina, toda a estrutura de exportação dos países latino-americanos tem um cliente preferencial, que é o mercado norte-americano. Petróleo da Venezuela vai para os Estados Unidos, como também vai o petróleo mexicano. A farinha de peixe peruana ia para o mercado do norte, como também o cobre chileno. E o café colombiano, como a sua cocaina, vão para o mercado norte-americano. A crise, no entanto, está deixando estes países sem qualquer alternativa. Na medida em que um título deixa de ser pago no mercado dos Estados Unidos, aviões e navios destes países correm o risco de serem confiscados naquele país para assegurar o pagamento da dívida. A situação dos nossos vizinhos de continente é, portanto, muito delicada, extremamente grave. Pode-se dizer a mesma coisa, em outro grau, dos nossos vizinhos do outro lado do Atlântico. Os angolanos precisam dos brasileiros para manter a sua integridade territorial e para alargar a sua capacidade técnica.

Por último, é bom lembrar e até sublinhar que o maior mercado das Américas é o mercado dos Estados Unidos. O segundo maior mercado é o do Brasil. Em terceiro lugar está o Canadá, que tem um produto nacional bruto inferior ao nacional. É evidente que a primeira e melhor opção para os países do continente é aumentar o nível de comércio com o Brasil, através de um sistema de trocas — em que não entra o dólar — para aumentar o emprego nos dois lados da fronteira. Os brasileiros não podem temer a integração com mercados pequenos e ainda em formação, enquanto os nossos vizinhos não têm o direito de recuar uma integração que lhes vai promover mais empregos, mais atividade econômica. A integração por exemplo, com o Peru, tendo como moeda o petróleo peruano, poderia dar a esse País uma saída para o Atlântico por intermédio do porto de Manaus. E o Brasil poderia colocar seus produtos no porto de Callao, nas proximidades de Lima. O mesmo critério pode ser negociado com a Venezuela — o Brasil saindo para o Caribe e eles para o Atlântico. A integração com a Argentina, na mesma base, sem a presença de dólar, é extremamente vantajosa para os dois países. O mesmo critério se aplica ao Chile. E assim por diante.

A questão do petróleo, que tempos atrás se constituiu numa espécie de vilão da economia, deixou de ser um problema sério. O Brasil produz atualmente perto de 600 mil barris diários de petróleo e em torno de cem mil barris diários de álcool combustível. O consumo total do País está na casa do milhão de barris diários. A Petrobras importará este ano seis bilhões de dólares de petróleo e exportará dois bilhões em refinados daquele produto. A conta-petróleo que já foi de dez bilhões de dólares, hoje está reduzida a quatro. O País que excomungou o petróleo é hoje o terceiro maior produtor latino-americano. Logo atrás de México e Venezuela. O Brasil produz mais petróleo que a Argentina e algumas vezes mais que Peru e Equador, países que são membros da OPEP. Essa conjugação de fatores, que permite uma efetiva saída para a crise brasileira não pode ser tratada através do debate menor, da proteção de interesses partidários e da construção de situações opostas que nada têm a ver com a efetiva realidade brasileira.

O maniqueísmo em que está se transformando a política brasileira será extremamente prejudicial ao País. Essa maneira de conduzir a administração do País reduz o alcance das medidas ao nível do debate, ou seja, a paróquia. Essa é a prisão do pensamento. Talvez seja por isso que o País surpreende aos políticos e aos tecnocratas. Uma vez, tempos atrás, o assessor de um Ministro me disse, depois de fazer uma viagem a Rondônia: "Eu não vinha aqui há um ano e, imagine, eles construiram uma cidade". Ele me disse isso com um ar desafiado, porque construíram a cidade à revelia do canhestro planejamento oficial. O presidente Sarney e sua equipe dispõem de outras alternativas, uma vez que o pacto político na realidade já está feito. A única saída é para frente e no caminho do encontro com a realidade nacional, que está longe de ser boa, mas também está longe de ser caótica. Há possibilidades concretas de desenvolvimento e crescimento regional, mas isto não será percebido através das lentes paroquiais.

O Dr. Tancredo Neves teve enorme sucesso na sua corrida para a presidência da República porque percebeu que havia uma significativa distância entre o governo e a sociedade. A sociedade queria e continua querendo mudanças, que não se restringem a uma retórica surrada, porque já fora de época. Também não se restringe a uma modificação de nomes nos ministérios. A mudança é o encontro do País com a sua vocação e com a sua potencialidade. Em outras palavras, tornar o Brasil contemporâneo do presente. Essa é a saída do governo Sarney. Todo o resto é discussão paroquial envolta por dilemas que podem até ser complexos, mas serão sempre absolutamente falsos.